



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 241

**GEPOLÍTICA E FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA:
DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS PARA A
DEFESA NO SÉCULO XXI**

Durbens Martins Nascimento

Belém, Outubro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 241

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

GEOPOLÍTICA E FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS PARA A DEFESA NO SÉCULO XXI¹

Durbens Martins Nascimento

Resumo:

Este *Paper* analisa, em perspectiva histórica, as iniciativas do governo brasileiro para dotar as instituições de defesa de sofisticados equipamentos de informação e de recursos orçamentários para garantir os preceitos constitucionais de proteção especialmente da Faixa de Fronteira na Amazônia brasileira. A aquisição recentemente de aviões de combate e de transferência de Batalhões para a Amazônia revela a preocupação da administração Lula com a presença militar revelada no incremento de contingentes das Forças Armadas. A análise permite identificar e caracterizar um padrão geopolítico expresso na Política de Defesa Nacional (PDN), no Programa Calha Norte (PCN) e na Estratégia Militar de Defesa (EMD).

Palavras-Chave: Geopolítica. Amazônia. Forças armadas. Instituições. Faixa de fronteira.

¹ Este Paper foi elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa Consórcio Forças Armadas Século XXI. Contou com auxílio financeiro da CAPES. Agradeço a ajuda dedicada das bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/UFPA do referido Projeto, Regiane Ribeiro e Gisele Elaine da Silva Ferreira.

1. Considerações Iniciais

A Amazônia vem se tornando, paulatinamente, objeto de intervenção política do governo brasileiro nas duas últimas décadas na área da defesa e da segurança. Essa crescente atuação situa-se num quadro de aumento das tensões políticas nas fronteiras da América do Sul. Do ponto de vista da segurança da fronteira: as aquisições de equipamentos militares pelas Forças Armadas da Venezuela e da Rússia; o acordo de cooperação militar Brasil-França para compra, pelo Brasil, de 36 aviões de combate Rafale da empresa francesa Dault e 50 helicópteros de transporte EC-725; o incremento da presença militar dos EUA na Colômbia, seja por meio do Plano Colômbia ou do recente acordo que cede àqueles o uso de várias bases militares da Colômbia; a operação militar antiguerrilha em território Equatoriano desenvolvida pelas Forças Armadas da Colômbia, que contou com apoio tecnológico de comunicação sofisticado, e assessores militares, que eliminou o articulador internacional das Forças Armadas da Colômbia (FARC), Raúl Reyes, e o lançamento, pelo Brasil, da Estratégia Nacional de Defesa (END) revelam-se incentivos e motivações para o recrudescimento da tensão política entre esses países com possíveis desdobramento nas fronteiras.

Esses e outros fatos e acontecimentos conjunturais nos leva à reflexão sobre as concepções geopolíticas que persistem quando se observa o comportamento do governo brasileiro na tomada de decisão no processo de formulação e execução de programas e projetos de segurança em desenvolvimento na Amazônia, comparativamente aos gastos em defesa pelos países da América do Sul e a tendência global de dispêndio de recursos na área de defesa em percentuais do PIB.

Este *Paper* analisa as recentes medidas institucionais do governo na constituição e conformação de um marco regulatório na área da defesa destinado à Amazônia, sob influência da geopolítica. O foco da análise centra-se na problematização da existência, ou não, de um padrão geopolítico contido especificamente nos projetos de natureza militar que objetivam contribuir para o desenvolvimento regional, sob o impacto de um conjunto político na região que vem, paulatinamente, acirrando o debate sobre a crise que ameaça a estabilidade política.

Os dados sobre os gastos militares estão disponíveis no Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED), coordenado pelo autor no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no site do Stockholm International Peace Research (SIPRI).

Em perspectiva histórica, esses projetos evidenciam uma preocupação relativa do governo com a área da defesa e segurança do Brasil (NASCIMENTO, 2005). Neste sentido, a análise se justifica na medida em que se trata de políticas públicas atinentes à defesa e permite situar a capacidade de governança brasileira nessa área, o que toca a possibilidade de alteração no curso da intervenção do governo para garantir a segurança como um bem público para os cidadãos brasileiros.

O *Paper* está organizado da seguinte forma: a primeira seção e a última são as considerações iniciais e finais; a segunda parte apresenta uma discussão conceitual de governança; a terceira resgata a influência da geopolítica nas políticas governamentais em execução na Amazônia e a quarta seção,

descreve as medidas políticas e prática que estão sendo tomadas para amenizar a vulnerabilidade da presença das instituições estatais na Amazônia como incremento do contingente militar.

2. Governança: os múltiplos sentidos

O termo *governança*, nas suas mais diversas acepções e aplicabilidades em diferentes domínios, refere-se, no geral, aos aspectos administrativos e operacionais, sobretudo às condições políticas existentes e suficientes para o bom exercício de governo, isto é, a forma pelo qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos financeiros e organizacionais na busca da eficiência da ação do Estado na capacidade de formular, executar e manter políticas governamentais (NASCIMENTO, 2007).

Há diversas denominações para o termo *governança*, do tipo “governança corporativa” (GRÜN, 2003), aplicada na gestão das empresas públicas e privadas; “governança global” (PIERIK, 2003), no seu uso no campo das relações internacionais; e “governança sem governo” (ROSENAU, 2000), de múltiplas aplicações e usos, inclusive naquelas não alteram, significativamente, o conteúdo do conceito e agrega os avanços conceituais necessários ao famoso texto *Governance and development*, do Banco Mundial (WORLD BANK, 1992).

Há governança, portanto, quando um processo político-institucional e administrativo e seus mecanismos políticos e organizacionais existem e funcionam para catalisar as demandas oriundas da sociedade e capacidade de agir em resposta, utilizando-se, para isso, os instrumentos de planejamento do desenvolvimento, bem como agindo em prol do melhor desenho institucional para administrar os recursos políticos e financeiros de um dado contexto societário, com vistas ao exercício das funções efetivas de governo.

A preocupação com a governança, no sentido do esforço da administração pública para o monitoramento do comportamento dos agentes que circulam no espaço institucional e territorial da fronteira na dimensão da defesa na Amazônia, impõe-se aos atores políticos que atuam ou estão fortemente fixados territorialmente na Amazônia, como ambientalistas e defensores dos povos indígenas, sobretudo daqueles que se situam à margem da legalidade constitucional: contrabandistas e traficantes de todas as espécies.

Isso leva-nos ao Executivo, de forte preponderância legislativa (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001: p.20), instituição política com prerrogativas de dotar a defesa na Amazônia de investimentos institucionais, principalmente no que concerne ao planejamento e a execução de políticas, a exemplo dos programas e projetos elaborados e executados quer num momento histórico sob o signo da geopolítica, quer na contemporaneidade, ainda que influenciada por esta, porém com a percepção de alterações fundamentais nas bases teóricas e políticas na compreensão da defesa da Amazônia, a exemplo da Política de Defesa Nacional (PDN) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

3. A influência da Geopolítica na Amazônia em perspectiva histórica

Os fundamentos teóricos da geopolítica, num sentido clássico, enquanto categorias capazes de organizar um discurso pretensamente científico que dê sentido e princípio às estratégias desenvolvidas por Estados nas relações internacionais quando estimulados à expansão e à conquista de outros territórios na busca de suprimentos e fontes de energia e matéria-prima para atender a determinadas demandas industriais, isto, de um estado com pretensões expansionistas ou de preservação de seu território em caso de ameaça de outro fronteiro, ou, mais ainda, o desenvolvimento daqueles princípios voltados para o controle de pessoas identificadas e pensadas como “inimigos interno” do Estado, giram em torno do problema das relações entre população, território e recursos naturais.

A Escola Superior de Guerra (ESG), no pós-segunda grande guerra do século passado, elaborou um projeto para fazer do Brasil uma grande potência. Essa geopolítica brasileira não se envolveu apenas em assuntos ditos militares, mas, ao contrário, estabeleceu as bases para uma influência nos decisores de então para além do emprego e uso das Forças Armadas (FFAA) em caso de conflitos interestatais, abrangendo concomitantemente os de caráter político e social, por meio, sobretudo, de estudos que focalizavam a organização nacional (MIYAMOTO, 1995: p.18).

As forças militares que se consolidaram no poder, em 1964, encontraram na geopolítica a força intelectual necessária e pragmática para transformá-la em “geopolítica do desenvolvimento”, daí o surgimento do binômio *segurança-desenvolvimento* com forte influência nas políticas implantadas na Amazônia. Todavia, durante os governos Ernesto Geisel, a geopolítica perdeu força, resvalou para posições secundárias, inclusive os seus tecnocratas no governo (MIYAMOTO, idem).

Nos anos 80, o Executivo desenvolveu importantes iniciativas no sentido de pensar os problemas advindos do *vazio de poder*, criado na fronteira Norte do Brasil onde é dada ênfase na militarização da atuação estatal, mediante instituições como o INCRA, GEBAM (Grupo Executivo das Terras do Baixo-Amazonas), a administração do Garimpo de Serra Pelada e o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), aos quais se atribui o controle estatal dos conflitos agrários. Este último foi criado em 1980, pelo decreto 1.767 de 1º de fevereiro, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), abrangendo 20.000 km², compreendendo particularmente o estado do Pará até o extremo-oeste do Maranhão.

O CSN era o órgão do Estado por meio do qual o Executivo, ainda nos anos 80, controlava e administrava os conflitos e as tensões pela posse da terra entre posseiros e grileiros, especialmente no Sudeste e Sul do Estado do Pará. Tanto o GETAT quanto o GEBAN compuseram a força tarefa institucional por meio da qual o Executivo, como instrumentos de governança, embora na via autoritária, agiu na redução dos conflitos na Amazônia, tendo em vista que por esse meio, visava ocupar o *espaço vazio* deixado pela repressão à Guerrilha do Araguaia nos anos 70 (NASCIMENTO, 2000). “A lógica, nesse caso, foi a de militarizar a questão agrária e manter sob controle do Estado os conflitos por terras e sobre as terras devolutas” (FERNANDES; 1999: p.39).

Um aspecto importante da discussão no âmbito da defesa da região consistia no desenvolvimento e aplicação do conceito de *segurança interna* contra os inimigos do estado, como mencionado acima. Essa região, portanto, necessitava ser povoada a qualquer custo, a fim de garantir e legitimar a soberania sobre suas riquezas naturais. Com efeito, era preciso manter a ordem capitalista contra possíveis instabilidades institucionais e políticas. Manter a ordem na Amazônia significava, nessa interpretação, criar as condições necessárias para o progresso da região como condição para a viabilização do conceito de desenvolvimento contido no sonho Brasil Potência (NASCIMENTO, 2000)

Essa forma de pensar o desenvolvimento contido nas narrativas militares, longe de ter desaparecido, revitalizou-se no Projeto Calha Norte (PCN) e com a implementação do Projeto SIVAM (hoje SIPAM), que revelam uma atenção especial ao aspecto militar, ainda que ambos não se configurem exclusivamente como ações militares.

O PCN surgiu na Secretaria-Geral do CSN com o objetivo de desenvolver socioeconomicamente a Amazônia, pois esta devia se integrar à sociedade nacional. Os investimentos do Projeto limitaram-se a aberturas, manutenção e consertos de estradas, construção e reparos de aeroportos e construção e reformas de quartéis, bem como logrou-se obter equipamentos de vigilância nas margens do rio Solimões, nas fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guiana.

O projeto SIVAM se caracterizou por possuir uma vasta infraestrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar e produzir dados de interesses das organizações governamentais e não-governamentais. É necessário destacar, também, que o SIVAM armou-se de radares e sensores, visando reunir milhares de informações sobre desmatamentos, queimadas, tráfego aéreo, novas fronteiras agropecuárias, formação de nuvens, acidentes geográficos e até localização de tribos indígenas (NASCIMENTO, 2005).

O PCN, enquanto programa de desenvolvimento econômico-social e sustentável da fronteira política, guarda similaridades com outras iniciativas, o que confirma a existência de um padrão de apropriação do território, servindo-se, para tanto, da organização de meios burocráticos e financeiros, ainda que escassos, para resolver pendências históricas em relação às políticas públicas, insuficientes e incompatíveis com as singularidades sociais e culturais existentes na Amazônia. Sobretudo, o PCN é a tentativa de reviver no presente a tradição do poder central de controlar a Amazônia, especialmente a Faixa de Fronteira Norte por meio da estratégia do desenvolvimento regional.

Por outro lado, o SIPAM é um sistema multidisciplinar com finalidade de coordenar as ações de vigilância e monitoramento na Amazônia, objetivando integrar as diversas instituições públicas e privadas. Visa também gerenciar informações obtidas com os projetos para fins de segurança nacional e desenvolvimento social e regional, bem como reduzir custos infraestruturais necessários ao desenvolvimento sustentável da região e alavancar a integração nacional; aproveitar e garantir a biodiversidade e gerar bem-estar para os habitantes.

Ambos, PCN e SIVAM, no geral, têm a finalidade de defender, proteger e garantir a integridade do território nacional, combater os ilícitos e, sobretudo, alavancar o desenvolvimento sustentado e sustentável da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em particular. Um e outro, a partir de um determinado momento, 1996, passam a se constituir em objeto das diretrizes da Política de Defesa Nacional (PDN).

A PDN foi decretada em 1996, e a partir de 2000 integra-se ao *Avança Brasil*. Fundou-se, inicialmente, na definição do Brasil enquanto potência média no ambiente institucional das relações internacionais e objetivou organizar a área da defesa para cumprir sua missão de liderança na América do Sul.

A análise dos meandros dessa política revela que ela é extremamente coerente com as nossas condições econômicas, políticas, geográficas e bélicas. Baseia-se na diplomacia para a resolução de conflitos em escala regional e global e, simultaneamente, corrobora o potencial militar de qualquer Estado para enfrentar os fracassos no campo diplomático. No geral, segue os preceitos contidos para esses temas estabelecidos na Constituição de 88.

Em 30 de junho de 2005, por meio do Decreto nº 5.484, o governo Lula deu outras providência para a defesa do Brasil. É a Nova Política de Defesa Nacional.

O documento conceitua segurança como condição necessária e imprescindível para a garantia da soberania e da integridade territorial. Condição que deve permitir o exercício dos direitos e deveres constitucionais, ao passo que a defesa refere-se ao conjunto de medidas e ações a serem implementadas pelo Estado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais ante ameaças externas, potenciais e/ou manifestas. Frisa-se que as ações do Estado deverão ter ênfase ao aspecto militar, mas não apenas.

Em suma, busca-se instituir uma política de defesa com recursos próprios, isto é, baseados nas possibilidades do país, efetivamente, executá-la a partir das particularidades nacional e regional, que integre as visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, e que conte com o respaldo da sociedade quanto à preservação da coesão e da unidade da Nação, além do envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial.

Duas observações estritamente estratégicas na percepção dos militares são possíveis. A primeira é a proeminência da visão integrada multidisciplinar dos princípios fundantes da PDN. Neste particular, estende a política de defesa para além do setor exclusivamente militar, como sabido, abarcando a problemática ambiental e os problemas sociais, além da independência nacional. A segunda observação inclui uma clara continuidade e reafirmação da cooperação internacional, a não ingerência nos assuntos internos de outros países soberanos e a busca da solução pacífica para os conflitos interestatais (NASCIMENTO, 2005).

Assim, o que torna a PDN emblemática é o fato de enquadrar a Amazônia como prioridade de defesa. Tal inflexão fora motivada pela transição no sistema internacional caracterizado pelo

realinhamento dos diversos interesses estratégicos em disputa no globo, o que o torna econômica e comercialmente multipolar, indefinida e instável, porém, unipolar no campo militar devido à predominância dos EUA, que dispõem de meios poderosíssimos para impor sua ação estratégica aos demais países, como demonstram as experiências do Iraque e do Afeganistão, inclusive na era Obama.

Do ponto de vista da ampliação da política de defesa, torna-se necessário lembrar dois outros componentes estratégicos que se inserem na dinâmica da discussão contemporânea acerca da Amazônia e sua geopolítica: a importância do debate sobre a questão da escassez de água doce no planeta e sobre sua diversidade biológica. Estas questões remetem ao fato de que um terço das espécies existentes no mundo está na Amazônia, para a qual existem referências mundialmente conhecidas acerca dos planos dos grandes conglomerados farmacêuticos interessados em explorar o manancial de insumos existentes. Isto tem conduzido pesquisadores a sugerir e definir os contornos de uma *Geopolítica da Biodiversidade* (ALBAGLI, 1998).

Outro aspecto da análise da PDN que merece destaque refere-se ao fato de que, ao lado da END, ela estabelece e incentiva a reorientação estratégica e geopolítica do Brasil para a região amazônica, vista como uma área prioritária para as ações de defesa (LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL, 25/08/2009). Contudo, a análise, até aqui, demonstra que, de fato, não têm sido materializadas, a contento, as diretrizes contidas em suas bases doutrinárias e políticas.

A PDN, o SIPAM e o PCN estão inseridos numa política de defesa conduzida pelo Ministério da Defesa (MD) que tem a prerrogativa de operacionalizar as ações de defesa no país. O MD possui prerrogativas institucionais e políticas para mobilizar a sociedade em caso de agressão externa e garantir a unidade federativa, bem como manter definidas e protegidas as fronteiras do Brasil. A propósito, essa discussão tem se limitado à questão das referências puramente abstratas da fronteira, vista como limite territorial de soberania. As mudanças em andamento no mundo levam-nos a acreditar que o debate em torno de uma política de defesa nacional necessita incorporar as recentes formas de ver a fronteira: como faixa, zona e espaço cultural e simbólico de trocas comerciais e de relações interétnicas.

4. As Forças Armadas na Amazônia no Século XX

A legitimidade institucional do governo para garantir a governança nesta área mediante o fortalecimento das instituições estatais na fronteira da Amazônia confere a este poder o papel de definir e executar um planejamento estratégico numa área consagrada como de segurança nacional com legislação específica demonstrada pelo volume dos recursos financeiros empenhados para as políticas de defesa na Amazônia.

As FFAA têm se revelado a única instituição que o Estado possui na fronteira. Pelas propriedades de *área marrom* (O'DONNELL, 1993); alta taxa de concentração urbana concentradas nas principais cidades da região; economia extrativista; com um caleidoscópio de rotas de contrabando e

tráfico de animais silvestres, madeira, minérios, peles, armas e cocaína entre outros entorpecentes; administrações públicas municipais e estaduais com baixa capacidade institucional para ensejar uma esperança de intervenção positiva para além dos marcos federais, as FFAA apresentam-se como o Estado capaz de, simbolicamente, representar o contrato político nestas *áreas marrons*.

No começo do século XX, o Exército, para cumprir as exigências e administrar a região, criou o CMA (Comando Militar da Amazônia), em 27/03/1909. Esse Comando parece encerrar a trajetória da construção dos fortes à moda dos primeiros séculos de ocupação Portuguesa. A propósito, na visão de Mattos (1990, p.100), os fortes construídos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, mesmo os que não foram utilizados pela Coroa Portuguesa na batalhas para defender o Brasil na parte Norte, serviram para uma estratégia dissuasória de enorme valor simbólico.

No século XX, as mudanças engendradas pela era Vargas na construção de uma burocracia com caráter nacional e que conduz à modernização do Estado coincidem com os preparativos da Segunda Guerra Mundial, onde o Estado-Maior das FFAA mantinha vigilância quanto à possibilidade do Brasil sofrer as conseqüências de uma intervenção estrangeira. Num documento secreto de 1936, assinado pelo Coronel Francisco Gil Castello Branco, afirmava-se que a Amazônia, no contexto da situação de beligerância que circundava o mundo, tornava-se alvo predileto da conquista pelas potências “imperialistas” (Inglaterra, Japão e França) e exorta as autoridades para criarem uma forte organização militar para defendê-la (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1996: p. 180-2).

Em 1938, ao atender uma sugestão do comandante da 8ª Região Militar (RM), o General Góes Monteiro, então chefe do EME (Estado-Maior do Exército) autorizou a criação de Batalhões de Fronteiras. No hiato do conflito mundial, o tema da segurança na Amazônia ficara congelado. Todavia, com o surgimento de uma nova ordem mundial emergida das ruínas da Guerra, a Amazônia retornava para as agendas militar e da segurança nacional.

A arquitetura organizacional desenvolvida e mantida atende aos requisitos da disponibilidade de fornecer, na Faixa de Fronteira, uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por Unidades Militares, para posteriormente transformar-se em vilas e cidades, segundo a concepção geopolítica da vivificação da fronteira por meio da atração de contingentes primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ ou regiões do país. Essa sempre foi a concepção estratégica dos militares, pelo menos os do EB, para a defesa da região.

O Comando Militar congrega várias Regiões Militares (RM). Na Amazônia existe um Comando, o Comando Militar da Amazônia (CMA), que abrange toda a Amazônia Legal, com sede em Manaus. A ele estão subordinados duas RM: a 8ª, sediada em Belém e a 12ª, sediada em Manaus. Contudo, a centralização da PDN está em Brasília, no Ministério da Defesa.

Atualmente, estas Unidades Militares (UM) estão localizadas nos municípios da Faixa de Fronteira, observando os Estados do Amazonas e Roraima.

Apesar da presença militar no Amapá, especialmente em Clevelândia do Norte, não existem unidades significativas na fronteira, somente na capital, Macapá, que não está situada na Faixa. No geral estas são as principais UM: Tefé (AM) – Companhia de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; 16ª Base Logística; 17º Batalhão de Infantaria de Selva; 34ª Pelotão de Polícia do EB; 4ª Delegacia do Serviço Militar da 29ª C S M. São Gabriel da Cachoeira (AM) – Comando de Fronteira/Rio Negro e 5ª Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 1º B E. Tabatinga (AM) – Comando de Fronteira – Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 5ª Delegacia do Serviço Militar 29ª C S M. Manicoré (AM) – Tiro de Guerra. Maués (AM) – Tiro de Guerra. Eirunepe (AM) – Tiro de Guerra. Lábrea – Tiro de Guerra. Boa Vista – Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando de Fronteira – Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva; Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 1ª Base Logística; 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 32º Pelotão de Polícia do EB; 6º Batalhão de Engenharia de Construção; 6ª Delegacia do Serviço Militar da 29ª C S N; e Mucajaí (RR) – Tiro de Guerra.

As FFAA possuem 30.000 homens na Amazônia. Somente no período de 1998 a 2002, segundo dados de Lourenção (2003, p 55), o efetivo salta de 3,3 mil para 23,1 mil. Esse número positivo não pode isentar a afirmação de que quando se compara o efetivo militar, principalmente os situados na Faixa de Fronteira terrestre do país, com o restante do Brasil, verifica-se que há ainda uma forte presença espacialmente concentrada na região Sul do país do total dos efetivos. Dos 288.500 homens integrantes das FFAA brasileiras, menos de 10% está na Amazônia, uma região definida como estratégica, tanto na versão da PDN de 1996 e 2005, quanto na END, de 2009.

Força	Brasil	%	Amazônia
Exército	190.000	8.94	17.000
Marinha	48.500	10.30	5.000
Força Aérea	50.000	16.00	8.000
Total	288.500	10.39	30.000

Fonte: Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED) www.obed.ufpa.br

Com efeito, em comparação com sociedades que se assemelham no aspecto da economia dos bens naturais e genéticos, população e extensão territorial, tais como EUA, Rússia, China e Índia, a posição do Brasil no sistema internacional e com seus vizinhos na América do Sul está abaixo da média mundial para um país que pretende enfrentar, em condições de igualdade, os desafios num cenário conturbado mundialmente, mas que não se vislumbra ameaças concretas no hemisfério sul.

Despesas Militares e PIB dos Maiores Países em População, Território e Recursos – 2008.

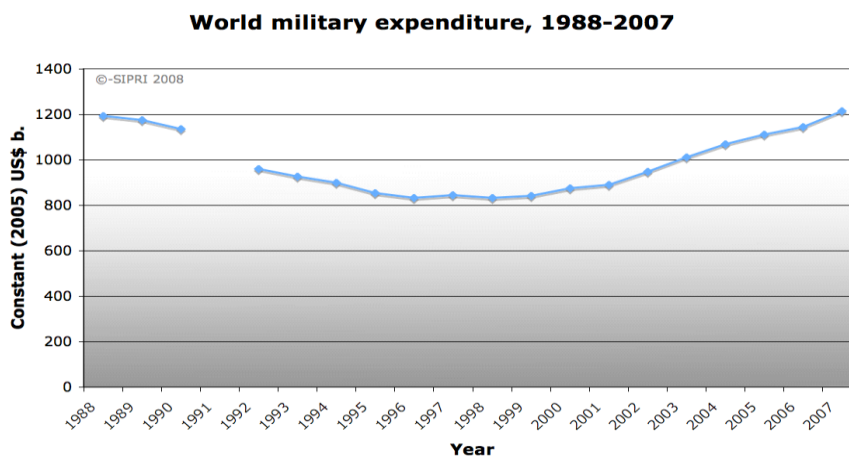
Países	PIB* = US\$ trilhões	Defesa = bilhões	% = 100
EUA	10,4	276,7	3,2
Rússia	1,35	-	-
China	5,7	55,91	4,3
Índia	2,66	11,52	2,3
Brasil	1,34**	13,408	1,9

Fonte: Elaborada pelo autor calcado em diversas fontes
* Usa-se o critério do poder aquisitivo para o cálculo do PIB.

Em termos absolutos, os EUA são, de longe, o país que gastam mais em defesa. São nada menos que US\$ 276,7 bilhões aplicados internamente e no exterior, com a manutenção de um arsenal convencional de 250.000 militares no mundo inteiro e 7.500 armas nucleares a um custo de 30 bilhões de dólares.² Podem fazer isso porque têm o maior PIB do mundo, com um pouco mais de US\$ 10 trilhões e precisam exercer a supremacia no concerto das nações contemporâneas. Em contraste, a República Popular da China, no tocante à relação PIB/Gastos Militares, é quem lidera o ranking mundial no setor. Simplesmente a China investe atualmente um total de US\$ 55,91 bilhões. Esse valor representa 4,3% do PIB, o que é o maior percentual do mundo. Só para se ter uma ideia, a média de gastos em relação ao PIB dos países ricos que compõem o G-7 é 2,0%, e o conjunto dos países industrializados aplica 2,2%, apesar de, relativamente por região do planeta, o Oriente Médio mais a Turquia registrarem um índice superior em relação ao PIB, 6,6%. A América Latina e o Caribe são as regiões que menos gastam com defesa nacional, onde o Brasil investe apenas 1,15% do PIB – mesmo assim o maior orçamento da região.

² Ver KORB, L. 1999. “Armas de Destruição em Massa: A Experiência dos Estados Unidos”. *Revista Eletrônica da USIA*, v. 4, n. 2, set. p.9.

Esse aumento das despesas em defesa das principais economias do mundo reproduz a escala armamentista em andamento em todos os continentes, com exceção da Europa, onde essas despesas estão estagnadas.



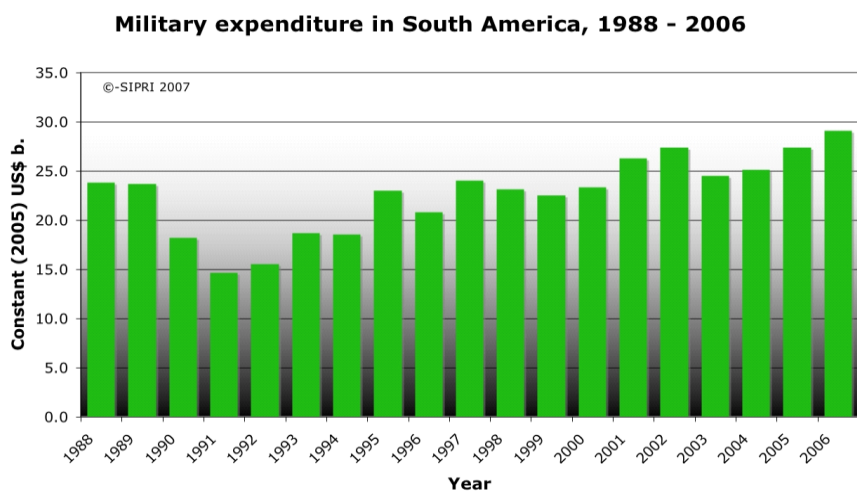
O Brasil é, ao lado da Colômbia e do Chile, o que mais despense recursos para a defesa na América do Sul. Todavia, as FFAA e o setor da defesa em conjunto são os que menos recebem recursos se se considera o estritamente aplicado no desenvolvimento e manejo das questões ligadas ao setor, a saber: treinamento, operações de rotina, tecnologia, equipamentos etc., devido ao fato de que parte do que é considerado, inclusive pelas autoridades, gastos militares, equivocadamente, incluem a seguridade social que é de responsabilidade do MD depois da Constituição de 88, exemplificado no pagamento de pessoal, incluindo ativos, inativos e pensionistas.

Gastos no Setor Militar dos Países da América do Sul

Regiões/países	Gastos militares = milhões US\$	Total/percent ual %
Total Global	842.717	100
Argentina	1.386	0,16
Brasil	9.651	1,15
Uruguai	212	0,03
Paraguai	54	0,01
Total MERCOSUL	11.303	1,34
Bolívia	119	0,01
Chile	2.557	0,30
Colômbia	2.840	0,34
Equador	685	0,08
Guiana	5	0,00
Peru	865	0,10
Suriname	8	0,00
Venezuela	1.081	0,13
Total resto da América do Sul	8.160	0,97
Total América do Sul	19.463	2,31

Fonte: Elaborada pelo autor calcado em diversas fontes.

* Usa-se o critério do poder aquisitivo para o cálculo do PIB.



5. Considerações finais

A vigência de pressupostos democráticos e de instituições representativas no país desde 1986 e de fortalecimento dos canais participativos consagrados desde a Constituição de 88 não alterou a perspectiva histórica de dotar as instituições de defesa de sofisticados equipamentos de informação e de recursos orçamentários para garantir os preceitos constitucionais de proteção, especialmente da Faixa de Fronteira pertencente à Amazônia brasileira. O chamado PAC da defesa, que se constitui na

aquisição de aviões de combate de transferência de Batalhões para a Amazônia, revela a preocupação permanente com a região. Portanto, existe claramente um padrão de atuação do governo nas fronteiras ao Norte do Brasil.

Esse padrão caracteriza-se pela influência da geopolítica na concepção dos projetos em andamento na região, na medida em que se investe na implantação de Pelotões de Fronteira e na revitalização do PCN. Esse padrão é notado também no impacto para a defesa na descoberta do Pré-Sal e as justificativas governamentais para privilegiar o acordo Brasil-França, traduzido no argumento da proteção dessas enormes jazidas de petróleo.

Verifica-se ao mesmo tempo a existência desse padrão na construção de significados políticos em torno da chamada Amazônia Azul, onde, diante da sua dimensão e vulnerabilidade, justifica-se, ao lado do Pré-Sal, a construção do submarino de propulsão nuclear. Por fim, identifica-se esse padrão nas medidas políticas e prática que estão sendo tomadas para amenizar a ausência da presença efetiva das instituições públicas na Amazônia no aspecto estritamente da defesa de suas fronteiras. Uma delas são a construção e instalação de Pelotões de Fronteira, a exemplo do Programa *Amazônia Protegida*, que visa instalar as “células de vigilância” que passarão de 21 a 49 até 2018 e custará 1 bilhão de reais aos cofres públicos.

Referências

- ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Edições IBAMA, p.199-221, 1998.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Documentos históricos do estado-maior do exército**. Brasília, p. 180-182, 1996.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, mais poder com novas armas. **Le monde diplomatique-Brasil**, ano 03, n. 25, p. 4-7, ago. de 2009.
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2^a ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999, 285 p.
- FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2^a ed. Rio de Janeiro, Editora FGV/FAPESP, 2001. 231 p.
- GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 139-161, jun. 2003.
- KORB, Lawrence. Armas de destruição em massa: a experiência dos Estados Unidos. **Revista Eletrônica da USIA**, v. 4, n. 2, set.,1999.
- LOURENÇÃO, H. **A defesa nacional e a defesa da Amazônia**: o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM). 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/bc/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- MATTOS, C. M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1990.
- MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas-SP: Papyrus, 1995. 257 p.
- NASCIMENTO, D. M. **A guerrilha do Araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia**. Belém, 2000. 145 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2000. PDF.
- NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea**. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- NASCIMENTO, D. M. Amazônia, governança, segurança e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. et all. **Governança, Integração e Meio Ambiente**. Belém: Editora NUMA, p. 33-67, 2007. 128 p.
- NASCIMENTO, D. M. Áreas Marrons e Programa Calha Norte. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.) **Relações Internacionais e Defesa na Amazônia**. Belém, Editora NAEA, 2008. 244 p.
- O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, p. 123-145, 1993.
- PIERIK, R. **Globalization and global governance: a conceptual analysis**. Hague Joint Conference, 2003.

ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E-O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UNB e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

WORLD BANK, **Governance and development**. Washington, abr. 1992.